



## UM ENCONTRO, NOVAS CONFLUÊNCIAS: NOVOS PARADIGMAS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

**Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional**

**MÁRCIA ARAÚJO BASTOS<sup>1</sup>**

**LOHANA CAMPOS RIBEIRO<sup>2</sup>**

**PATRICK ALMEIDA SOARES<sup>3</sup>**

**ARISTELA VIEIRA SOUZA<sup>4</sup>**

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, a partir de temáticas que representam paradigmas de pesquisa não habituais nesta área disciplinar. A ideia de confluência temática, adquire corpo, por ocasião da experiência de estágio docêncio no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Este processo oportunizou uma valiosa experiência de partilha e reflexões junto aos estudantes. Parte destas reflexões serão apresentadas adiante, orientadas pela premissa que destaca que o estatuto teórico do Serviço Social condensa a condição de profissão à dimensão de disciplina científica, produzindo uma valiosa contribuição no âmbito das ciências sociais aplicadas.

**Palavras-chave:** Produção de conhecimento em serviço social, agricultura urbana; capoeira Angola; comunidades quilombolas.

**ABSTRACT:** This article aims to present some considerations on the production of knowledge in Social Work, based on themes that represent unusual research paradigms in this disciplinary area. The idea of thematic confluence took shape during the teaching internship experience in the Social Work course at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio). This process provided a valuable experience of sharing and reflections with the students. Some of these reflections will be presented below, guided by the premise that highlights that the theoretical status of Social Work condenses the condition of a profession to the dimension of a scientific discipline, producing a valuable contribution in the field of applied social sciences.

**Keywords:** Knowledge production in social work, urban agriculture, capoeira Angola; quilombola communities.

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestre e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Puc-Rio. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0155979801365016>. E-mail: [marciabastos.s21@gmail.com](mailto:marciabastos.s21@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social (PUC-Rio). Mestra em Serviço Social (PUC-Rio). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3464380950061470> E-mail: [lohana\\_r@outlook.com](mailto:lohana_r@outlook.com)

<sup>3</sup> Graduado em Gestão Ambiental (UVA-Cabo Frio). Mestre em Serviço Social (PUC-Rio). Doutorando em Serviço Social (PUC-Rio). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2165453221969371> E-mail: [patricksoares\\_CF@hotmail.com](mailto:patricksoares_CF@hotmail.com).

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ). Mestra em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1319130543409625> E-mail: [aristelavieira08@gmail.com](mailto:aristelavieira08@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, a partir de temáticas que representam paradigmas de pesquisa não habituais nesta área disciplinar. Verifica-se, nesse contexto, o debate dos estudos urbanos e socioambientais, a partir do diálogo com questões como: agricultura urbana, capoeira Angola, pesca artesanal e quilombos.

O estopim de elaboração coletiva do presente texto tem seu nascedouro em uma experiência em comum enquanto pesquisadores, inseridos em uma mesma linha de pesquisa, que compartilharam uma mesma experiência de estágio docêncio no âmbito da disciplina de “Questão Urbana e Movimentos Sociais” no programa de graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A presente disciplina teve por objetivo debater a questão urbana brasileira e o papel desempenhado pelos movimentos sociais, e aqui, se confluem as temáticas de pesquisa dos respectivos pesquisadores.

Este processo oportunizou uma valiosa experiência de partilha e reflexões junto aos estudantes de graduação, que serão apresentadas adiante, orientadas pela premissa que destaca que o estatuto teórico do Serviço Social condensa a condição de profissão à dimensão de disciplina científica. Nas palavras de Iamamoto (2017), tal afirmação implica considerar a contribuição à produção de uma massa de conhecimento crítico na formação de uma cultura contra hegemônica.

Mota (2016) acrescenta que o processo de consolidação da profissão vincula o Serviço Social a dimensões que não se restringem à intervenção, sendo também complementares a dimensão da formação, produção de conhecimento e organização política da categoria em conformidade com o projeto ético-político profissional. Em complemento, considera-se ainda fundamental disputar o próprio sentido e o papel do Serviço Social na contemporaneidade para a defesa de valores democráticos, direitos humanos e liberdade, na medida em que como toda e qualquer área do conhecimento influencia e é influenciada pelos movimentos da história.

Nesse sentido, “*Um encontro, novas confluências*”, reflete a importância de conjugar mediações teórico-metodológicas que forneçam subsídios de análise e apreensão sobre as mais



variadas determinações materiais e imateriais em que o Ser Social produz e é produzido na sociedade capitalista, agregando em si possibilidades para a produção de efeitos objetivos na realidade social em torno das projeções de transformação societária.

Para tanto, o referido texto será estruturado em quatro seções organizadas da seguinte forma: (i) Agricultura Urbana como *ideia fronteira*; (ii) Capoeira Angola como resistência negra nas cidades; (iii) A espoliação do território pesqueiro pelo capital: velhas e novas roupagens da “questão social”; e (iv) Breve nova sobre comunidades quilombolas, questão racial e Serviço Social.

## AGRICULTURA URBANA COMO *IDEIA FRONTEIRA*

Situar a Agricultura Urbana (AU) no contexto da produção de conhecimento em Serviço Social é ao mesmo tempo inusitado e banal. Inusitado pela aparência imediata de não diálogo entre os dois campos, e banal porque o que importa não é se há ou não ineditismo, mas sim a possibilidade de consolidação de mediações teórico-metodológicas que se renovam e/ou atualizam acerca do “mundo do cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais” (Mota, 2013, p. 19). Tal condição é inerente ao modo de ser da profissão.

Essa provocação não identifica hierarquia ou dicotomia entre o exercício profissional e a *produção teórico - intelectiva* (Mota, 2013). Ao contrário, identifica a existência de patamares diferenciados da intervenção do Serviço Social, na medida em que ao mesmo tempo que essa produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas à prática profissional, ela produz uma unidade temática, de natureza insurgente, que dialoga com a realidade material objetiva de produção e reprodução da vida.

É bom lembrar que algumas lacunas podem ser explicadas por conjunturas históricas que refletem a dissimulação com que certas discussões foram tratadas pela autocracia burguesa ao longo do tempo na sociedade brasileira. Por muito tempo, a aproximação da profissão com as ideias marxianas e marxistas, não só representou o benefício da ruptura com o conservadorismo, mas também gerou em seu interior a necessidade de uma elaboração teórica a serviço do enfrentamento político, sobretudo no contexto da Ditadura Civil Militar, que contribuiu com a centralidade dada à dimensão de classe.



Com os novos contornos adquiridos em torno das próprias relações sociais, especialmente no processo de redemocratização, os assistentes sociais são chamados a novos patamares de compressão da sociedade e de seus processos de reprodução social. Avançando, portanto, debates mais amplos acerca das questões étnico-raciais, de gênero entre outros.

Já a agricultura como expoente de organização econômica e política na sociedade brasileira, não é em si um debate recente ao Serviço Social, mas o incremento do atributo *urbano* condensa em si uma diversidade de escalas e camadas que podem se estabelecer, de acordo com Almeida (2015), como *ideia fronteira* capaz de promover conexões e tornar permeáveis a outros saberes e práticas campos que usualmente não dialogam entre si.

Dito isso, convém destacar a interface da AU com as políticas públicas em âmbito nacional, demonstrando o caráter de inflexão com políticas que se constituem como lócus privilegiado de atuação do profissional de Serviço Social.

Nos anos 2000, o tema da AU ganha uma proporção pública importante no cenário nacional e internacional. De acordo com Fernandez e Filho (2019), nesse período algumas organizações vinham desenvolvendo ações de estímulo às expressões das agriculturas em diversos espaços urbanos, como hortas, quintais, escolas, creches, espaços comunitários em suas conexões com a saúde, cultura, meio ambiente e segurança alimentar.

Na instância federal, o marco desta mobilização é o ano de 2003, durante o primeiro Governo Lula, com a campanha de combate à fome e à pobreza, quando houve o incentivo às hortas comunitárias em espaços urbanos, a partir do programa Fome Zero gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A agricultura urbana, nesta perspectiva, era compreendida como parte de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, capaz de produzir alimentos saudáveis e acessíveis aos moradores da cidade (Fernandez e Filho, 2019).

No entanto, apesar da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil ser uma janela institucional importante para a inserção do tema da AU na esfera pública, sobretudo a partir dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAS) que atuam no âmbito das três esferas de governo como instâncias participativas importantes para a discussão da agricultura urbana, ela depende de outras ações públicas para manutenção da sua atividade produtiva nas cidades. Dessa forma, com base na necessidade de regras gerais, instrumentos de organização e incentivos federais,



diferentes redes associativas em torno da AU se organizam na cidade elaborando demandas e denúncias.

Entre os avanços mais recentes, fruto do esforço associativo e político dos sujeitos sociais da agricultura urbana, listam-se o Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, com o objetivo de ampliar a produção, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos adequados e saudáveis, priorizando os territórios periféricos urbanos e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social e a Lei nº 14.935 de 26 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

Para esta estratégia, o atual Ministério de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) realizou um estudo onde foi constatado que 48% da população está cadastrada no CadÚnico, sendo que 80,5% dos domicílios do CadÚnico são urbanos. Reconhece-se nesses dados o esforço de pensar que os ambientes urbanos não favorecem uma alimentação adequada e saudável, constituindo-se como barreiras para a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente nos locais identificados pelo MDS como territórios periféricos.

Existem ainda outras dimensões que podem ser estudadas e analisadas, e que por meio da identificação de interfaces e lacunas entre estas disciplinas, é possível consolidar um campo de pesquisa e ação sobre a agricultura urbana no Brasil, considerando no bojo dessa discussão as contribuições do Serviço Social.

## CAPOEIRA ANGOLA COMO RESISTÊNCIA NEGRA NA CIDADE

Os estudos sobre a capoeira estão inseridos em um universo multidisciplinar e heterogêneo, evidenciando as mais diversas possibilidades de abordagem, sendo amplamente discutido em áreas como História, Antropologia, Sociologia, Educação Física e outras. No entanto, sua abordagem no Serviço Social ainda é muito recente, apresentando uma gama de oportunidades para reflexões e debates interdisciplinares.

A formação e o exercício profissional de assistentes sociais exigem competência teórica e ético-política para apreender as expressões da questão social e formular respostas comprometidas com a realidade concreta. As mediações feitas pela categoria devem considerar os interesses da classe trabalhadora e dos sujeitos historicamente subalternizados, visando mudanças nas instituições e



dinâmicas sociais, que expressam e reproduzem as formas de dominação e opressão nas relações de classe, gênero, étnico-raciais e demais formas de desigualdade (Brites e Barroco, 2022).

A discussão sobre a capoeira Angola como forma de resistência negra nas cidades está articulada a um debate mais amplo sobre as estratégias de sujeitos coletivos diante da distribuição desigual de recursos e oportunidades nas cidades brasileiras, considerando as relações raciais como eixo importante para análise. Entende-se que seu estudo possibilita a valorização das manifestações afro-brasileiras e suas formas de sociabilidade no espaço urbano.

Considerando que a capoeira apresenta diferentes estilos, narrativas e expressões históricas, situar a discussão sobre a capoeira Angola é demarcar um recorte político de reconhecer a contribuição africana para a sociedade brasileira. Mais do que uma simples modalidade, a capoeira Angola é reconhecida como uma manifestação tradicional afro-brasileira e uma verdadeira “escola viva” da luta da população negra, que traz a possibilidade de reflexões sobre formas de resgate cultural, além de, assim como aborda Gallep (2022), valorizar saberes populares e periféricos.

A capoeira foi duramente perseguida por seu caráter de resistência negra no período escravista, sendo criminalizada pelo Código Penal de 1890. Durante o Estado Novo, Mestre Bimba iniciou um processo de institucionalização e “branqueamento” da prática, sistematizando o ensino e adaptando a capoeira como luta e esporte, descaracterizando seus traços étnicos e populares, o que resultou na criação da capoeira regional. Para o autor, esse movimento buscou afastar a capoeira de sua essência em vista de obter a aceitação social. Já Mestre Pastinha, reafirmava a capoeira Angola como tradição ancestral, preservando a expressão de cultura negra (Frigério, 1989).

A ideia de “tradição” na capoeira é construída através de disputas de narrativas entre capoeiristas, Estado brasileiro e intelectuais, especialmente em dois momentos históricos distintos. O primeiro ocorreu entre os anos de 1930 e 1940, período marcado pela “modernização” da capoeira. O segundo momento, entre os anos de 1970 e 1980, quando ocorrem ressignificações e reconstruções identitárias em resposta ao embate entre capoeira como “esporte” e como “cultura”. Nesse contexto, o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP) se aproxima do Movimento Negro, enfatizando a capoeira Angola como expressão cultural e resgate da tradição africana. Além de tecer uma crítica ao processo de colonialismo ocidental, tanto no Brasil quanto na África (Britto, 2016).



Esse processo de disputas simbólicas adquire novos contornos com a patrimonialização da capoeira pelo Estado brasileiro, iniciada em 2003 com seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial e consolidada em 2008 com a inclusão do “Ofício dos Mestres” no Livro dos Saberes e da “Roda de Capoeira” no Livro das Formas de Expressão. Frente ao risco de homogeneização cultural pela globalização, criaram-se Programas de Salvaguarda para valorizar os saberes dos Mestres, propor o reconhecimento pelo Ministério da Educação, previdência especial e incentivos à capoeira no exterior (Britto, 2016).

A ideia de “tradição” presente no plano de salvaguarda é espaço de disputa entre os praticantes, mas em vista de apreender a capoeira como manifestação cultural e instrumento alternativo para reconhecimento do protagonismo da população negra na construção da identidade nacional brasileira, consideramos a distinção da capoeira Angola como vertente “tradicional”. Nesse sentido, podemos trazer elementos sobre as rodas de rua e a importância da atuação dos grupos de capoeira Angola em regiões periféricas da cidade (Silva e Guimarães, 2019).

Para Nascimento e Silva (2017), as ruas são espaços privilegiados de ações e manifestações artísticas e políticas, lugares das cidades onde se dão as práticas sociais. As cidades são espaços onde estão materializadas as contradições sociais, as desigualdades raciais e de gênero. Ao mesmo tempo, esses territórios são espaços de luta dos sujeitos subalternizados, onde se constroem outras formas de viver e ocupar o espaço urbano. Nas rodas de capoeira Angola realizadas nos centros e lugares periféricos da cidade, é possível refletir sobre a afirmação de uma identidade negra, de pertencimento histórico e formas de resistência que desafiam a ideia de “não-lugar” inerente ao racismo estrutural.

Segundo Kanitz (2011), a capoeira Angola pode ser uma prática transformadora em regiões periféricas da cidade, sendo um instrumento importante para construção de novas formas de representação e produção de sentidos sobre lugares e sujeitos estigmatizados pela construção midiática e enfrentamento das violências direcionadas à juventude negra moradora desses territórios. Acreditamos que a manifestação cultural afro-brasileira também pode ser ferramenta para desestruturar as “barreiras” simbólicas que dividem a cidade, permitindo que sujeitos subalternizados se apropriem dos espaços, desafiando a lógica de segregação geográfica dos grupos raciais (Gonzalez e Hasenbalg, 1982).

Assim, ressaltamos a importância de produzir conhecimento a partir das formas organizativas e de resistência negra nos espaços urbanos. Pensar a capoeira Angola como expressão



de resistência negra para o campo do Serviço Social se expressa em um esforço de compreender as cidades e suas margens<sup>5</sup> não apenas como lugar de desigualdades e ausências, mas também um espaço de potencialidades (Fernandes, Silva e Barbosa, 2018) e enfrentamento das lógicas de opressão.

## A ESPOLIAÇÃO DO TERRITÓRIO PESQUEIRO PELO CAPITAL: VELHAS E NOVAS ROUPAGENS DA “QUESTÃO SOCIAL”

O debate sobre a “questão social” não é uma novidade dentro das discussões do Serviço Social. Essa expressão aparece pela primeira vez na história em 1830, como forma de explicar o crescimento da escassez em meio a uma sociabilidade de abundância, produzida pelo *trabalho livre*, como consequência dos *atos revolucionários* de uma nascente burguesia disposta a romper com as práticas políticas, econômicas, culturais e sociais provenientes das relações feudais (Rubin, 2014; Netto, 2011).

Ela nasce ancorada à Modernidade, sob a égide do capital, que na produção e reprodução das relações sociais, constrói e reconstrói o espaço geográfico aos desígnios da valorização do valor, transformando tanto a Natureza quanto os *homens de carne e osso* em mercadorias expropriadas na produção e acumulação de capitais (Harvey, 2015; Marx; Engels, 2007).

Porém, o que na *aparência* se revela como um fatalismo no trato moral - a incapacidade dos indivíduos produzirem suas próprias condições de subsistência - sua *essência* desnuda as contradições inerentes a esse modo de produção, pois na medida em que explora a força de trabalho produzindo mais-valor para a acumulação, reproduz uma intensa desigualdade social, que se manifesta em múltiplas refrações no cotidiano, exigindo uma intervenção técnica para além da caridade, tornando-a matéria-prima do objeto de trabalho dos assistentes sociais<sup>6</sup> (Netto, 2011; Iamamoto, 2022).

<sup>5</sup> Neste artigo, entendemos as margens urbanas como territórios estigmatizados e racializados, produzidos pela ação seletiva do Estado, que regula a oferta de serviços e infraestrutura de forma desigual (Gonçalves e Santos, 2021). Esses espaços, majoritariamente ocupados por populações negras, expressam a segregação urbana com marca racial apontada por Panta e Silva (2020).

<sup>6</sup> Importante salientar que em seu processo sócio-histórico, o serviço social se constitui enquanto profissão a partir de uma perspectiva conservadora, vinculado ao ideário católico, apreendendo a “questão social” como um problema de ordem moral, que deveria ser ajustado para o bom funcionamento da sociedade em sua integralidade (Iamamoto; Carvalho, 2014). Porém, a partir de 1965, com o Movimento de Reconcepção latino-americano, a construção teórico-prática e ético-política se vincula organicamente à teoria social de Marx. Cf. Netto (2015).



Partindo do pressuposto de que a “questão social” e suas múltiplas expressões caminham em consonância com a sociabilidade capitalista, e que está, por invocar uma acumulação de mais-valor *infinito* ancorado sobre recursos *finitos* - como a Natureza e o trabalho humano - cria sua própria contradição e formas de superação, que se materializam em sucessivas crises de duração cada vez mais curta (Altvater, 2010).

As crises, segundo Altvater (2010), refletem a capacidade camaleoa do capital permanecer o mesmo durante os séculos, e se adaptar às novas configurações de organização social, conferindo a ele um caráter permanente. Para Mészáros (2011), o processo de renovação do sistema, através de suas crises, tem imposto limites ao seu processo de valorização.

Para o autor, a última grande crise do capital na década de 1970 - a qual o autor denomina *crise estrutural* - marca um período em que o sistema encontra seus limites estruturais, atingindo sua estrutura em âmbito global, colocando entraves ao seu processo de valorização através da destruição da Natureza, tornando-o incompatível com a reprodução da vida social.

Dessa forma, é impossível na contemporaneidade travar o debate sobre a “questão social” desconsiderando suas implicações sobre a Natureza, neste caso, sobre o território das águas. Espaço de valoração simbólica, espiritual e material de mulheres e homens do mar, que em contradição à práxis cotidiana da pescaria, enfrentam processos de espoliação territorial (Ramalho, 2022; Diegues, 1983).

O conceito de espoliação ou de acumulação por despossessão se caracteriza como uma renovação da categoria marxista de acumulação originária. Para Harvey (2014), esse processo não é datado da origem do capital, mas perpassa todo o processo de consolidação do capitalismo em caráter permanente e não circunstancial.

De acordo com o autor, a acumulação por espoliação na contemporaneidade, além de ser o princípio originário da acumulação e valorização do valor, torna-se uma forma de ressignificar o processo de reprodução ampliada do capital, de forma dinâmica e flexibilizada, permitindo, assim, a circulação e a rotatividade de mercadorias, tanto tecnológicas quanto naturais (Harvey, 2014).

Esse fenômeno se manifesta, no âmbito da pesca artesanal, na ocupação dos rios e mares por grandes empreendimentos industriais, sobretudo no que diz respeito à pesca industrial. A diferença primordial entre essas duas modalidades de pesca (artesanal e a industrial) se dá pela forma do manejo das águas, onde a primeira comprehende os rios e mares “[...] como entes vivos, dotados de



personalidades, de significados simbólicos e religiosos – e não apenas como um lugar de apropriação econômica [...]” (Ramalho, 2022, p. 7), e a segunda tem por objetivo a predação intensiva do território coletivo, vinculado à produção e exportação de *commodities*.

Além dessa modalidade de pescaria, importante salientar as disputas territoriais em torno da instalação de grandes parques industriais como plataformas de perfuração, exploração e extração de petróleo e gás, portos, as grandes embarcações de transporte aquaviário, além do manancial de resíduos químicos e sólidos depositados nos rios e mares, em decorrência dessa complexa estrutura extrativista-produtiva global (Gudynas, 2009).

Essa relação utilitarista e mercadológica com o meio natural, como forma de garantir o processo de valorização do capital, escancara o que Aráoz (2013) analisa como três modalidades próprias de expropriação da Natureza, sendo elas, a *expropriação geográfica*, na desarticulação do conceito de território, enquanto espaços de produção de experiências individuais e coletivas em âmbito local, para se tornarem territórios do mundo - global; a *expropriação econômica*, ou seja, a transformação do espaço comum para investimento em capital fixo, a corporificação da Natureza em bens valoráveis nas cadeias produtivas globais e, por fim, a *expropriação ecológica*, que se materializa nas mazelas produzidas pelo extrativismo, que impossibilita o uso do território pelas populações que ali residem.

Essas múltiplas formas de predação territorial, produzem uma série de desigualdades para os sujeitos que ocupam o território, sejam elas ligadas a fatores econômicos, como impossibilidade de realização do trabalho ou perda dos espaços de moradia, a fatores políticos sociais como a impossibilidade de exercer práticas culturais que moldam a vida e a identidade de determinadas populações, como são o caso dos pescadores artesanais.

Portanto, analisar as consequências dos diversos atravessamentos do grande capital sobre o território pesqueiro, se conforma como um campo frutífero e necessário de investigação do Serviço Social, tanto para apreender a totalidade das relações sociais, quanto para propor respostas efetivas às diversas formas de materialização das expressões da questão social.

## BREVE NOTA SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS, QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL



A temática das comunidades quilombolas enquanto problema de pesquisa não é algo raro no rol de formulações do Serviço Social<sup>7</sup>, a despeito de sua inserção relativamente recente no conjunto de preocupações da profissão, tanto no que se refere aos desafios da prática profissional quanto a uma reflexão mais afinada em torno do “quilombo” enquanto categoria e experiência de territorialização e identidade étnica.

Não obstante, dado o quadro de conflitos fundiários a que quilombos rurais e urbanos são submetidos, e o cenário de desproteção social e falta de acesso pleno a direitos constitucionalmente garantidos, os esforços de pesquisa ainda se mostram aquém do necessário, sobretudo quando se consideram as possibilidades de aportes teóricos e metodológicos que o Serviço Social, enquanto profissão engajada, pode inserir nos marcos da discussão contemporânea sobre comunidades quilombolas.

Algo que talvez seja uma problemática ainda mais original é o fato de um profissional da área das ciências agrárias ingressar no Serviço Social a título de investigação sobre essas comunidades tradicionais. Mas é uma escolha justificada: a garantia de pluralismo e respeito, bem como a possibilidade de articulação entre diferentes categorias profissionais que comunguem dos mesmos princípios ético-políticos de ampliação e fortalecimento da cidadania por meio da garantia dos direitos civis, sociais e políticos, contemplados no Código de Ética da profissão, abre margem para diálogos de saberes que desembocam em formulações mais amplas e profundas sobre a realidade social (CFESS, 2012).

Isso nos conduz ao ponto central: a criação de novos paradigmas para a produção de conhecimento em Serviço Social sobre as condições da população negra no Brasil contemporâneo, no geral, e sobre comunidades quilombolas, em específico. No que tange à formação de futuros profissionais em nível de graduação, isso se converte em urgência.

Moura (2019), em texto escrito originalmente em 1988, nos fornece subsídio importante no aprofundamento dessa análise, ao propor um balanço crítico da problemática racial e social no Brasil

<sup>7</sup> Para citar alguns exemplos: há investigações sobre o trabalho profissional de assistentes sociais junto à comunidades quilombolas (Santos, 2014); estudos sobre os processos de formação da identidade étnica quilombola e as lutas sociais no campo institucional que se desdobram a partir do autorreconhecimento enquanto sujeitos coletivos de direito, muitos dos quais centrados na dimensão de gênero (Nespoli, 2021; Santos, 2023); até reflexões voltadas para o quilombo enquanto expressão de uma práxis negra no pensamento social brasileiro (Silva, 2017).



em pleno centenário da Abolição e às portas da promulgação da Constituição. Esses dois marcos são centrais, tendo em vista o processo inconcluso de Abolição que legou às gerações de negros e negras pós-1888 as chagas abertas dos efeitos da escravidão racial e do racismo, a despeito das tentativas de escamoteá-las, ecoando no presente enquanto pautas irresolutas na formação social brasileira, ao mesmo tempo em que pairava certa dúvida e desconfiança nas possibilidades concretas de acesso à cidadania e projeto de futuro para a população negra a partir das garantias constitucionais, em especial no que tange ao reconhecimento das comunidades de remanescentes quilombolas enquanto sujeitos coletivos de direito.

Em meio a essas tensões reflexivas, o subsídio dado por Clóvis Moura para a abordagem da questão racial no Brasil encontra duas respostas, que incorporaremos em nossa proposta de reflexão acerca da produção de conhecimento em Serviço Social sobre comunidades quilombolas.

Primeiramente em nível teórico, à luz de Guerreiro Ramos (1996), faz-se necessário liquidar a mentalidade colonial e o pensamento social subordinado, isto é, romper com uma perspectiva sociológica embranquecida e eurocentrada como lente privilegiada para mirar o universo social, ou seja, reconhecer que “há subjacente um conjunto conceitual branco aplicado sobre a realidade do negro brasileiro, como se ele fosse apenas objeto de estudo e não sujeito dinâmico de um problema dos mais importantes para o reajustamento estrutural da sociedade brasileira” (Moura, 2019, p. 27).

E isso nos leva ao segundo ponto, revestido de importância capital, tendo em vista o princípio ético de construção de um projeto profissional vinculado à construção de uma ordem societária livre de toda forma de exploração e opressão, inclusa a de ordem racial: o reconhecimento e o fortalecimento da rebeldia e insurgência das lutas sociais do negro brasileiro como vetores que impõem ritmos próprios à totalidade social, leque vasto de experiências, das quais o quilombo é o principal nessa reflexão. Em outro texto, Moura (1981) chega mesmo a afirmar que o quilombo era fato normal no interior da sociedade escravista, unidade básica de resistência do negro, responsável pelo desgaste das forças produtivas coloniais, não apenas pela ação militar, mas pela busca de autonomia produtiva no contexto de uma sociedade de capitalismo colonial (Almeida, 2002; Bagu, 1949), “plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa” (Moura, 1981, p. 87).

Em suma, urge avançar na produção de conhecimento em Serviço Social junto às comunidades quilombolas, entendendo suas múltiplas dimensões enquanto sujeitos históricos



simultaneamente coletivos e fraturados no corpo social; enquanto “territórios prenhes de significado” (Gusmão, 1995, p. 68), alicerçados sobre experiências forjadas no convívio familiar e na resistência diante dos conflitos fundiários; enquanto patrimônio cultural, dotado de estética, sensibilidade, arte, cores e sabores; e enquanto projeto político-ideológico, reelaborando o passado em busca de um futuro comum (Leite, 2016).

## À GUIA DE CONCLUSÃO: O PONTO DE CONFLUÊNCIA

O desafio de elaborar uma reflexão sobre a produção de conhecimento em Serviço Social a partir de quatro áreas de estudo, à primeira vista desconectadas, surgiu de que existiam entre elas pontos de confluência ainda não teorizados. Essa ideia se fortaleceu durante o estágio docência no curso de graduação em Serviço Social, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais da PUC-Rio, quando o encontro desses temas evidenciou desafios comuns.

Nos marcos do capitalismo periférico e dependente brasileiro, as cidades concentram em si, de modo febricitante, as contradições e transformações mais viscerais oriundas do processo ampliado de reprodução do capital. Com efeito, a cidade é cindida por linhas de cor (Fanon, 2022), que, não-raro, formam geografias da fome, definindo, racialmente, o que é ou não sujeito no espaço urbano: “toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome” (Castro, 1984, p. 48), e nas terras de homens e mulheres negros, essa verdade é dupla.

São atuais e urgentes os debates em torno da disputa simbólica e material da cidade, ressignificando os sentidos dados ao espaço urbano, em especial em suas margens, a partir da experiência cultural negra, expressa e (in)corporada pela capoeira Angola, concomitantemente às disputas em torno do reconhecimento de formas de produção do urbano permeadas por usos e práticas de agricultura que, em um horizonte mais amplo, tensionam um projeto de cidade que possibilite a dignidade de uma alimentação saudável em suas franjas.

Em outro polo, pescadores artesanais, comunidades quilombolas e outros 26 segmentos espalhados pelo Brasil são reconhecidos como comunidades tradicionais, que têm em comum a centralidade do acesso ao território como pré-condição para sua produção e reprodução social (Brasil, 2007). Apesar da tentativa de setores conservadores, durante a Constituinte, de associar o



“tradicional” a um passado “imemorial” e difícil de comprovar, o que limitaria o reconhecimento de formas coletivas do uso da terra, a qualificação enquanto “tradicional” diz respeito a demandas atuais desses grupos específicos. Essas demandas não representam um atraso frente ao “desenvolvimento”, mas emergem como respostas ao fracasso da sanha desenvolvimentista, muitas vezes, rotulada como “sustentável”. No centro da disputa está a defesa da permanência e dos modos próprios de uso da terra, rios e mares (Almeida, 2008).

Neste ponto, fica evidente a confluência: é a partir dos territórios que essas temáticas de pesquisa emergem, enraizadas nas experiências concretas dos sujeitos históricos que, na práxis cotidiana, compartilham formas diversas de resistência e pertencimento. Pensar o território, portanto, não apenas como espaço físico ou geográfico, mas como espaço dinâmico, atravessado por relações de poder, conflitos sociais, práticas cotidianas, é reconhecer que ele é cenário e protagonista das lutas de sujeitos coletivos e suas formas de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura Urbana: Isto ou Aquilo. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa S. M. (Org.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana**. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 419-447.
- ALTWATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARÁOZ, H. M. Extractivismo y “Consenso Social”: Expropiación – consumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) en contextos neocoloniales. **Revista Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 3, n. 3, 2013.
- BAGU, Sérgio. **Economia de la Sociedade Colonial**: Ensayo de historia comparada de America Latina. Buenos Aires: Gráficas Bartolomé, 1949.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2007.



BRITO, Celso. A política cultural da capoeira contemporânea: uma etnografia sobre os casos brasileiro e português. **Mediações**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 97-122, 2016.

BRITES, Cristina Maria; BARROCO, Maria Lucia. **Serviço Social e Ética Profissional:** fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografias da fome.** O dilema brasileiro: pão ou aço. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; FILHO, Almir Baptista. Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 39, p. 141-154, dez. 2019.

FERNANDES, F.; SILVA, J. S., BARBOSA, J. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. **Revista periferias**, Rio de Janeiro: Instituto Maria e João Aleixo, 2018. Disponível em: <<https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FRIGERIO, Alejandro. Capoeira: de arte negra a esporte branco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 85-98, 1989.

GALLEP, Cristiano de Mello. A Capoeira Angola diversificando a universidade: semeando ecologia de saberes nas artes da cena. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, e113063, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-2660113063>. Acesso em: 20 maio 2025.

GONÇALVES, Rafael Soares; SANTOS, Caroline Rocha dos. Favelas cariocas: da noção de marginalidade à ideia de margens urbanas. **Revista de Direito da Cidade**, v. 14, n. 3, p. 1884-1905, 2022. DOI: 10.12957/rdc.2022.59544. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/59544>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. **Centro Latinoamericano de Ecología Social**, 2009. Disponível em: <https://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Caminhos Transversos: Território e Cidadania Negra. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Terra de Quilombos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 1995. p. 61-78.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2015.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.



IAMAMOTO, Marilda Vilela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Nas trilhas coletivas da resistência: serviço social e lutas sociais na América Latina. **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 44, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

KANITZ, Roberto Camargos Malcher. **Capoeira Angola na favela: juventudes, sentidos e redes sociais** [manuscrito]. 2011. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas Africanas e Direitos Territoriais. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). **Direitos quilombolas & Dever de Estado**. Rio de Janeiro: ABA, 2016. p. 289-304.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elisabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. especial, p. 17-27, 2013.

\_\_\_\_\_. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 3. ed. São Paulo: Global, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Rafael; MONTEIRO, I. M. Capoeira, cidade e cultura: notas etnográficas sobre ocupações criativas em Fortaleza-CE. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 15, n. 29, p. 55–72, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicooprivado/article/view/2205>. Acesso em: 20 de mai. de 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NESPOLI, Daniella de Souza Santos. **Expressões quilombolas: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola**. 310 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UNESP, 2022.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. Cidade, branqueamento e colonialidade: a construção dos matizes da identidade de Londrina. **Crítica e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 28-49, 2020.

RAMALHO, C. W. N. Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, n. 2, 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.



SANTOS, Jessika Cristina Silva. **Das memórias ancestrais à resistência feminina: a construção da identidade das mulheres quilombolas dos Rufinos-PB.** 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UEPB, 2023.

SANTOS, Juliana Abramides dos. **Serviço Social e Cultura:** Processos criativos na mediação do trabalho profissional. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-SP, 2014.

SILVA, Ana Paula Procopio da. **O contrário de “casa grande” não é senzala.** É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. 293 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, 2022.

SILVA, Luciene Gustavo; GUIMARÃES, Reilnaldo da Silva. Capoeira: instrumento alternativo para fomentar a afrocidadanização na perspectiva do Serviço Social. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019. Anais [...], 2019.

SILVA, Igor; NASCIMENTO, R. C.C. “Pernadas nas ruas”: Expressões da capoeira como forma de ocupação urbana. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 38–59, 2021. DOI: 10.46551/issn2179-6807v26n1p38-59. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/3260>. Acesso em: 23 de mai. de 2025.